



## COMUNICADO DE IMPRENSA

### EMBARGO

O conteúdo deste comunicado de imprensa e o correspondente Relatório não podem ser citados ou resumidos na imprensa, rádio, televisão ou meios electrónicos antes de **25 de Novembro de 2010, 17:00 GMT**

**(12:00 Nova Iorque, 18:00 Genebra, 22:30 Deli, 02:00 – 26 Novembro Tóquio)**

UNCTAD/PRESS/PR/2010/046\*  
*Original: English*

### **EMBORA OS PAÍSES MAIS POBRES TENHAM RESISTIDO À RECESSÃO, CONTINUAM ENREDADOS EM CICLOS DE CRESCIMENTO E RETRACÇÃO, AFIRMA O RELATÓRIO**

**Estudo salienta que os países menos avançados devem diversificar e modernizar as suas economias para alcançar uma redução da pobreza substancial e durável**

*Genebra, 25 de novembro de 2010* – Embora os países menos avançados<sup>1</sup> (PMAs) tenham suportado a recessão global melhor do que era geralmente esperado, continuam enredados em ciclos de crescimento e retracção que há muito atormentam as suas economias ... e as suas perspectivas de médio prazo são motivo para preocupação, alerta o **Relatório sobre os Países Menos Avançados de 2010**<sup>2</sup> da CNUCED.

Os 49 países mais pobres do mundo devem desenvolver as suas capacidades produtivas - isto é, a sua capacidade de produzir, eficiente e competitivamente, uma crescente gama de bens e serviços de maior valor acrescentado através da expansão do investimento e inovação, aconselha o Relatório. Caso contrário, terão dificuldade em escapar à pobreza e pôr fim as crónicas vulnerabilidades. Sob os actuais padrões de grande dependência das exportações de

\* **Contactos:** UNCTAD Communications and Information Unit, +41 22 917 5828, +41 79 502 43 11, [unctadpress@unctad.org](mailto:unctadpress@unctad.org), <http://www.unctad.org/press>.

<sup>1</sup> Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benim, Butão, Burkina Faso, Burundi, Camboja, República Centro-Africana, Chade, Comoros, República Democrática do Congo, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Kiribati, República Democrática Popular do Laos, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Nepal, Níger, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão, Timor-Leste, Togo, Tuvalu, Uganda, República Unida da Tanzânia, Vanuatu, Iemen e Zâmbia.

<sup>2</sup> The **Least Developed Countries Report 2010: Towards a new international development architecture for LDCs** (Sales No. E.10.II.D.5, ISBN 978-92-1-112813-0) pode ser adquirido através do United Nations Sales Offices no endereço abaixo mencionado ou através dos agentes de venda das Nações Unidas em muitos países. Preço: \$50 (50% de desconto para residentes em Países Em Desenvolvimento e 75% de desconto para residentes em Países Menos Avançados). Residentes em países da Europa, África e Ásia Ocidental podem enviar pedidos ou solicitações para: United Nations Publication/Sales Section, Palais des Nations, CH-1211 Geneva 10, fax: +41 22 917 0027, e-mail: [unpubli@un.org](mailto:unpubli@un.org); residents na América e Ásia de Leste, para: United Nations Publications, Two UN Plaza, DC2-853, New York, N.Y. 10017, United States of America, telephone: 1 212 963 8302 or 1 800 253 9646, fax: 1 212 963 3489, e-mail: [publications@un.org](mailto:publications@un.org). Internet: <http://www.un.org/publications>.

*commodities* e de produtos manufacturados de baixo valor acrescentado, o estudo sustenta, mesmo os períodos de grande crescimento contribuíram pouco para melhorar os padrões de vida. Usando novos dados de pobreza, o Relatório estima que o número de pessoas que vive na pobreza extrema aumentou em 3 milhões por ano durante os anos de expansão de 2002-2007, atingindo estimativamente 421 milhões em 2007 - duas vezes mais que em 1980.

O Relatório hoje lançado tem o subtítulo: **Rumo a uma Nova Arquitectura Internacional do Desenvolvimento para os PMAs**. Advoga que os PMAs precisam de uma nova abordagem e que uma nova arquitectura internacional do desenvolvimento é necessária para viabilizar tal nova abordagem (vide UNCTAD/PRESS/PR/2010/047).

Durante os anos de expansão, o grupo dos PMAs como um todo teve taxas médias de crescimento de 7% por ano. Porém, a dependência dos PMA das *commodities* aumentou. E em mais de metade dos 49 PMAs, a participação da indústria de transformação no valor acrescentado total dos países efectivamente declinou. A dependência da exportação de *commodities* cresceu; as exportações tornaram-se mais concentradas em vez de se diversificarem (vide gráfico abaixo), houve pouco aumento da poupança doméstica (com excepção dos PMAs exportadores de petróleo), maior dependência da poupança externa e um mais rápido desgaste dos recursos naturais. O estudo refere que todas essas limitações estão a prejudicar as perspectivas de desenvolvimento pós-recessão dos países.

A liberalização generalizada do comércio e dos fluxos de capital não resulta automaticamente numa maior diversificação económica, nota o estudo. Um maior foco nas capacidades produtivas domésticas é crucial para gerar empregos melhor remunerados. Uma vez que as populações dos PMA estão a crescer, muito mais pessoas anualmente precisam de empregos e mais e mais pessoas procuram trabalho fora da agricultura. O Relatório afirma que são precisas políticas de crescimento puxadas pelo investimento.

Durante a expansão de 2002-2007, o rápido crescimento económico “traduziu-se somente numa fraca redução da pobreza”. O Relatório estima que 53% da população total dos PMAs vivia na pobreza extrema em 2007. Enquanto consideráveis progressos foram feitos no sentido de atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas relativo à educação primária universal, apenas uns quantos países estão a caminho de atingir os ODMs numa frente ampla e muito poucos estão a caminho de atingir o objectivo de reduzir para metade a pobreza extrema em 2015. O Relatório caracteriza o crescimento dos PMAs durante este período como “não sustentável” e “não inclusivo”.

A expansão económica também parece ter tido pouco impacto positivo na redução da lacuna de produtividade agrícola dos PMAs. E tendo em conta que as respostas da oferta interna foram bastante fracas, a expansão das economias dos PMA foi acompanhada de um aumento simultâneo na conta da importação de alimentos, que subiu de mais de US\$ 9 bilhões em 2002 para US\$ 24 bilhões em 2008.

### **Concentração das exportações**

A crise financeira de 2008-2009 e a recessão conduziram a um significativo abrandamento do crescimento na grande maioria dos PMAs. Houve resultados particularmente adversos para os exportadores de petróleo e minerais, como Angola, Chade, Guiné Equatorial e Serra Leoa, e para alguns PMAs insulares como as Maldivas, Samoa e Ilhas Salomão.

O contágio financeiro directo foi agudo em alguns casos, mas, de uma forma geral, teve efeitos muito circunscritos, acrescenta o Relatório, devido ao fraco desenvolvimento financeiro e a uma incipiente integração nos mercados internacionais de capitais. Mas os efeitos adversos do recessão global através do comércio internacional foram significativos. A contracção das receitas de exportações dos PMAs (que baixaram 26 por cento em 2009) foi o principal canal de transmissão da crise, resultando tanto da queda da procura mundial como

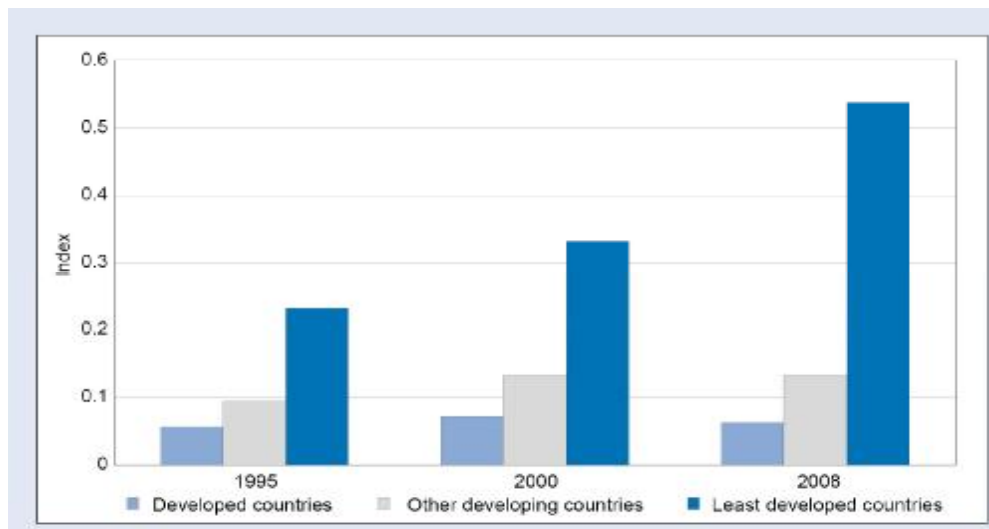
do declínio acentuado dos preços das *commodities* entre o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. Para além disso, em 2009 as entradas de investimento directo estrangeiro (IDE) nos PMAs diminuíram cerca de 13% em comparação com o ano anterior, enquanto as remessas de trabalhadores se mostraram de alguma forma mais resistentes. Muitos PMAs foram também negativamente afectados pelo declínio das receitas públicas numa altura em que as medidas de estímulo dos governos eram ainda mais necessárias. Nos PMAs africanos, por exemplo, “os rendimentos dos governos como proporção do PIB caíram em cerca de metade dos 29 países para os quais dados estavam disponíveis”, diz o Relatório, com os exportadores de petróleo e minerais sofrendo as maiores quedas.

Os indicadores agregados de crescimento demonstram que o crescimento médio do PIB nos PMAs foi de 4,3% em 2009, mais alto que noutros países em desenvolvimento e países desenvolvidos. A sua aparente resistência reflecte o facto de a crise não ter sido originada nas condições económicas dos próprios PMAs e de ela ter simplesmente revertido parcialmente as condições excepcionais que tinham permitido o crescimento antes da crise. A deterioração no ambiente económico externo dos PMAs em 2009 foi também revertida pela recuperação dos preços das *commodities* durante o ano e pelo aumento dos fluxos financeiros do Banco Mundial, do FMI e dos bancos de desenvolvimento regionais destinados a enfrentar a crise. A maioria dos PMAs evitou fortes reduções das importações e somente alguns tiveram grandes contracções fiscais.

Considerando que o PIB per capita declinou em 19 PMAs em 2009, espera-se que os custos sociais da crise sejam significativos, especialmente porque se seguiram aos choques devidos à alta dos preços de alimentação e de combustíveis de 2008. De facto, argumenta a UNCTAD, esses efeitos provavelmente serão de longa duração; mesmo se houver uma recuperação significativa nas variáveis macroeconómicas, uma vez que muitas das estratégias usadas pelas famílias pobres para enfrentar a crise (como vender bens e retirar as crianças da escola) tendem a afectar o bem-estar a longo prazo. Os dados sugerem que a recessão global resultou num significativo recuo nos níveis de emprego. “No Camboja, por exemplo, a retração no sector do vestuário resultou na perda de 63.000 empregos entre o último trimestre de 2008 e o primeiro de 2009 e estima-se que 30% dos empregos na área da construção civil tenham desaparecido nos três primeiros trimestres de 2009”. Similarmente, na República Democrática do Congo, o declínio no sector mineiro causou a perda de mais de 100.000 empregos.

Os PMAs enfrentam um quadro de médio prazo difícil, diz o Relatório. Enquanto os baixos níveis de investimento e o fraco desenvolvimento financeiro continuam a ser motivo de sérias preocupações, os PMAs dependerão grandemente do ritmo da recuperação económica no resto do mundo e do aumento do apoio dos doadores internacionais. Contudo, os doadores mostram-se relutantes em incrementar a sua ajuda externa. Entretanto, “novos empréstimos multilaterais podem ter amortizado a retração, mas certamente contribuíram para o crescimento da dívida externa. Apesar de a dívida aos credores oficiais permanecer bastante abaixo dos níveis do início da década de 2000, nos PMAs africanos medianos ela cresceu em cerca de 1,5% do PIB entre 2008 e 2009, para atingir 25% do PIB. Em abril de 2010, um total de 10 PMAs encontravam-se numa situação de sobreendividamento, e outros 10 estavam em risco de sobreendividamento.

### Índices de Concentração das exportações por grupos de países



**Fonte:** Cálculos do Secretariado da CNUCED, baseado na base de dados da CNUCED *GlobStat*.

\*\*\* \*\* \*\*\*